

JE

Jornal dos
Economistas

Nº 376 Dezembro de 2020

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Pária internacional



Bruno De Conti, Carlos Eduardo Martins, Isabela Nogueira, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Uallace Moreira e Eduardo Costa Pinto ponderam as consequências econômicas, políticas, sociais e geopolíticas do isolamento mundial do governo brasileiro.

Fórum publica mais um artigo sobre os impactos da pandemia no Rio de Janeiro

Pária internacional

A combinação da derrota de Trump com os resultados eleitorais na América Latina e a hostilidade contra a China configuraram um quadro de isolamento do governo brasileiro, que discutimos nesta edição.

Bruno De Conti, da Unicamp, constata que o Brasil trocou as boas relações com os principais atores globais por um pseudoenfrentamento com as duas potências mundiais. Biden poderá reaproximar China e EUA em relação ao multilateralismo e agenda ambiental, deixando Bolsonaro escanteado, órfão de Trump e refém da China.

Carlos Eduardo Martins, coordenador do LEHC/UFRJ, prevê que Bolsonaro poderá ser alvo de fortes pressões internacionais relativas à questão ambiental, dos direitos humanos, da democracia e da corrupção e ter dificuldades para terminar o mandato. O isolamento frente aos EUA, UE, China e os avanços das esquerdas na América Latina ampliam sua fragilidade.

Isabela Nogueira, do Pepi/UFRJ, aponta que o resultado da eleição nos EUA escancarou o enorme erro do alinhamento automático com Trump. O Brasil perde a oportunidade de negociações estratégicas e barganhas políticas, econômicas e tecnológicas em um mundo em grandes disputas.

Francisco Teixeira, da UFRJ, acredita que nunca uma eleição americana foi tão decisiva para o Brasil. Não há precedente histórico de tamanha subalternidade entre chefes de Estado. A derrota de Trump determinou o fracasso do projeto de Bolsonaro de transformar o Brasil em uma província dos EUA e deixa o bolsonarismo sem discurso.

Uallace Moreira, da UFBA, entende que a vitória de Biden contribuiu para o isolamento da extrema direita, inclusive Bolsonaro, mas não deve alterar a postura econômica subalterna do Brasil em relação aos EUA. Biden deve manter a guerra comercial com a China, que vai responder com mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Eduardo Costa Pinto, do IE/UFRJ, discorda em parte dos demais articulistas e acha que o governo Biden não atuará para desestabilizar um governo que é favorável aos interesses geopolíticos e das empresas dos EUA.

O Fórum publica o último artigo da série sobre os impactos da pandemia no Rio.

Sumário

Pária internacional.....	3
Órfão de Trump e refém da China	
<i>Bruno De Conti</i>	
Pária internacional.....	4
O governo Biden diante do declínio: possibilidades da nova agenda internacional	
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
Pária internacional.....	6
Biden foi eleito, e o gosto amargo permanece	
<i>Isabela Nogueira</i>	
Pária internacional.....	8
Eleições americanas, a oposição e as lutas populares no Brasil	
<i>Francisco Carlos Teixeira da Silva</i>	
Pária internacional.....	10
O significado da vitória de Joe Biden nos EUA para o Brasil e China	
<i>Uallace Moreira</i>	
Pária internacional.....	12
Governo Biden e governo Bolsonaro: o que muda e o que permanece?	
<i>Eduardo Costa Pinto</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Saúde carioca: despreparo e pandemia	
Podcasts do Corecon-RJ abordam temas da Economia	16
Economistas elegem conselheiros para triênio 2021/2023	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 9h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa e José Ricardo de Moraes Lopes. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Órfão de Trump e refém da China

Bruno De Conti*

As bizarrices do governo Bolsonaro são inúmeras e diversificadas, mas algumas das mais constrangedoras são aquelas relativas à China. Das declarações de campanha sobre a compra “do Brasil” às acusações de ministros (e filhos...) sobre a intencionalidade chinesa de deflagração da pandemia, a lista é grande e vergonhosa. No entanto, nem sequer para suas presepedas, o presidente e sua gangue são originais, pois copiam de forma grosseira o método, o estilo e até as palavras de seu ídolo-mor, Donald Trump. Dos acenos a Taiwan às alusões ao “vírus chinês”, o jogo de cenas passou sempre pela tentativa de consolidação de Bolsonaro como um “Trump tropical” e do Brasil como um parceiro privilegiado dos EUA.

Entretanto, o presidente brasileiro não contava com um grande percalço: que seu todo-poderoso preceptor fosse rechaçado nas urnas. Além de perder seu farol, o governo Bolsonaro enfrentará uma grande dificuldade do ponto de vista das relações internacionais, que provém de um aprofundamento de seu isolamento. Afinal, o pária (para usar o termo do ministro das Relações Exteriores) deixa de ter o apoio do presidente estadunidense e já dá os primeiros passos para o estabelecimento de uma relação com algum grau de tensão com Joe Biden.

Em poucos anos, portanto, o Brasil passa de uma diplomacia bem-sucedida no esforço de guardar boas relações com os principais atores globais, para um contexto de pseudoenfrentamento

com duas potências mundiais. Se a estratégia de explicitamente escolher um lado nas recentes disputas entre EUA e China já era problemática, essa de criar rusgas com os dois lados não parece lá muito genial.

Mas bom, entre os discursos (e *tweets...*) e a prática de governo há alguma distância. O fato é que a economia brasileira é hoje extremamente dependente da China, que desde 2009 é seu principal parceiro comercial. Mais do que isso, uma parte importante da base bolsonarista, composta pelo setor de agronegócios, depende de forma particularmente importante das importações chinesas.

Assim, desde o início do mandato, o governo tem feito uma certa divisão de tarefas, com alguns membros escalados para manter boas relações com os chineses (sobretudo o vice-presidente Hamilton Mourão e a ministra da Agricultura Teresa Cristina), enquanto outros fazem suas algazarras. De seu lado, os chineses mantêm – como de hábito – uma postura bastante pragmática. Excetuando-se certos momentos em que o corpo diplomático chinês no Brasil se sentiu compelido a dar respostas mais duras aos ataques, o tom reinante é o de que as relações entre os dois países são muito boas.

Como resultado, a despeito das tensões todas, inúmeros encontros diplomáticos foram realizados entre chefes de Estado dos dois países, as relações comerciais vêm se aprofundando e os investimentos chineses no Brasil seguem se ampliando. Em meio a tudo isso, é claro que o governo chi-

nês sabe com quem está lidando, mantendo uma postura cautelosa, mas sem deixar que as relações econômicas bilaterais sejam prejudicadas.

As diferenças aparecem novamente de forma explícita no âmbito das relações multilaterais. Se em outros momentos, Brasil e China convergiam em determinadas posturas relativas à arena política global, agora as diferenças estão escancaradas. A proximidade de outrora levou inclusive à conformação dos Brics, voltado à união de forças para a tentativa de transformação do cenário geopolítico. E justamente nos encontros desse bloco, as divergências aparecem hoje de forma muito clara.

O exemplo mais recente se deu na reunião de cúpula do grupo, organizada de forma virtual em 17 de novembro. Nessa ocasião, Xi Jinping e Bolsonaro não travaram um duelo direto, mas seus discursos revelaram algumas discordâncias relevantes. Enquanto Xi tratou da importância das instituições supranacionais como a ONU e a OMS, o presidente brasileiro reforçou a defesa pela soberania dos países – algo que evidentemente se espera de um chefe de Estado, mas que quando é enfatizado reiteradas vezes em reuniões de fóruns globais, não pode ser entendido senão como uma crítica ao multilateralismo. Como se não bastasse, Bolsonaro imitou Trump na pressão por reformas na OMC e na OMS.

No campo da agenda ambiental, as diferenças também ficaram muito nítidas, com o líder chinês tratando do aquecimento global e dos esforços da China para tornar-



-se em 2060 uma economia livre de emissões de carbono, enquanto Bolsonaro mantém sua postura negacionista dos desafios ecológicos com os quais a humanidade hoje se depara.

Essas discordâncias não são novas, contribuindo desde o ano passado o para o enfraquecimento do grupo. O que sim é novo, é que paradoxalmente a vitória de Biden poderá reaproximar China e Estados Unidos no que diz respeito a esses aspectos (defesa – ao menos retórica – do multilateralismo e de uma agenda ambiental), deixando Bolsonaro cada vez mais escanteado.

O presidente brasileiro não está sozinho nesta cruzada, mas é incontestável que o resultado das eleições estadunidenses promove uma reconfiguração bastante desfavorável às suas batalhas. Órfão de Trump e refém da China, Bolsonaro disfarça, mas sabe que seu espaço de manobra se reduz.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

O governo Biden diante do declínio: possibilidades da nova agenda internacional



Carlos Eduardo Martins*

O século XXI tem tornado cada vez mais evidente a decadência do poder estadunidense, que apresenta fortes dimensões estruturais e ganha crescente centralidade na política norte-americana. A globalização neoliberal engendrada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha nos anos 1980 alcançou resultados imprevistos ao se hibridizar com outros padrões de acumulação e políticas estatais: deslocou o dinamismo econômico para o Oriente, propiciou a criação de outros polos de poder geopolíticos e tornou a China sua principal beneficiária. A financeirização da economia mundial, assentada na sobrevalorização do dólar, gerou riqueza fictícia e apropriação do capital circulante, mas promoveu gigantescos déficits comerciais e o crescente endividamento público e privado norte-americano, resultando em deslocalização produtiva, desindustrialização e forte elevação da desigualdade interna, pelo uso dos salários da periferia e semiperiferia como âncora para a reprodução interna da força de trabalho, estendendo aos Estados Unidos a superexploração dos trabalhadores.

A crise de 2007-09 limitou significativamente a recuperação e as taxas de crescimento do PIB estadunidense, impulsionando o parasitismo, os limites ao orçamento e o declínio relativo do seu poder militar, já desgastado

pelo fracasso das intervenções no Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria, que evidenciaram a incapacidade para estabelecer o controle político na faixa territorial que se estende da África Mediterrânea à Ásia Meridional. A crise de 2020 trasladou o seu epicentro para os Estados Unidos, aprofundando seu declínio produtivo, as dimensões especulativas e a fragilidade financeira de sua economia. Desde 2013, a China congelou seus ativos em títulos da dívida pública para concentrar-se na expansão do seu mercado interno, na redução da desigualdade, na competição pela fronteira tecnológica, na construção do projeto eurasiático da Nova Rota da Seda e de outro ainda mais amplo, que parte do Brics, para projetar-se ao Sul Global. A alta probabilidade de estarmos ingressando em uma crise global de longa duração deve colocar em questão as políticas neoliberais, restabelecer a intervenção do Estado como indutor do crescimento, reduzir as reservas internacionais e os depósitos no FED, ampliando a vulnerabilidade do dólar. A queda das taxas de lucro tende a fortalecer a presença das empresas estatais na estruturação de padrões de acumulação competitivos, fortalecendo a projeção da China do sistema mundial.

O governo Obama continuou a apostar na articulação do consenso neoliberal para reafirmar o protagonismo estadunidense, pretendendo utilizá-lo como um ins-

trumento de contenção e pressão sobre a China e de realização de guerras híbridas para desarticular a construção do bloco geopolítico do qual é o principal vértice. Planejou dirigir a Parceria Transpácífica, excluindo-a dos seus signatários, como instrumento de pressão para que introduzisse as reformas exigidas pelos Estados Unidos em suas políticas internas. Todavia, o controle do Senado pelos republicanos bloqueou praticamente até o final do mandato de Obama a concessão do *Fast-Track*, retirando-lhe tempo hábil para incluir os Estados Unidos na Parceria Transpácífica e firmar a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com a União Europeia. A dificuldade crescente de combinar as estratégias neoliberais com a contenção do declínio abriu espaço para o imperialismo unilateral com traços neofascistas de Donald Trump.

Trump rompeu com o consenso neoliberal e pretendeu subordinar as pressões competitivas da globalização ao uso da força do Estado norte-americano. Manteve a sobrevalorização do dólar, mas descartou qualquer pretensão universalista de hegemonia, buscando impor políticas de dominação. Mas o interesse nacional dos Estados Unidos foi definido principalmente em favor da industrialização e das corporações produtivas menos transnacionalizadas, vulneráveis à concentração e centralização do capital associadas a novos patamares de interna-

cionalização. Articulou-se ainda uma ofensiva ideológica racista e chauvinista para mobilizar a maioria branca caucasiana na defesa de seus privilégios contra o multiculturalismo e a imigração. Utilizou-se o Estado para a imposição de sanções comerciais, financeiras e políticas não apenas contra a Rússia, como havia imposto Obama, mas contra a China. Atingiu-se as companhias europeias envolvidas em negócios considerados proibidos, como a construção do gasoduto *Nord Stream 2*, desenhado para levar o gás russo diretamente à Alemanha, mas também as norte-americanas ou estrangeiras envolvidas na venda de semicondutores com componentes estadunidenses para empresas chinesas. Trump seguiu as orientações de Samuel Huntington e elegeu como adversários as forças que ameaçam o protagonismo estadunidense centrado na cultura branca anglo-saxã, combatendo-os com a mobilização de uma cultura de massas racista, fundamentalista e neopentecostal: os Estados emergentes como China e Rússia, o nacionalismo revolucionário na periferia, a elite interna transnacionalizada, o multiculturalismo, os imigrantes, principalmente os mexicanos, e o islamismo militante.

Todavia, os esforços de Trump não conseguiram atingir os objetivos a que se propôs. A desindustrialização seguiu avançando junto com a deslocalização das empresas, aprofundando o declínio produtivo, e a superexploração dos trabalhadores impediu a adesão dos mais jovens à cultura racial reativa ao multiculturalismo. A secundarização das políticas de hegemonia em favor das

de dominação restringiu a legitimidade para promover guerras híbridas. A vitória de Joe Biden coloca a possibilidade de uma redefinição das políticas estadunidenses frente ao declínio. O seu alcance estará fortemente vinculado à conquista de maioria democrata no Senado com as eleições na Geórgia, em janeiro.

Caso persiga uma agenda reformista avançada, Biden buscará restabelecer as políticas de hegemonia, redefinindo o consenso neoliberal para agregar-lhe o cumprimento de normas ambientais, trabalhistas, democráticas, de respeito aos direitos humanos, além de avanços nas políticas sociais. O novo acordo USMCA, costurado pela maioria democrata na Câmara, pode ser uma experiência piloto deste processo. Os Estados Unidos poderão substituir em grande parte as sanções unilaterais por condições de acesso pactuadas aos seus mercados, incluindo-as em novos acordos multilaterais. A eventual obtenção de maioria no Senado poderá abrir espaço para avançar em projetos ambiciosos iniciados na gestão de Obama, como a retomada das iniciativas multilaterais na Ásia e na Europa, a flexibilização do embargo a Cuba, o restabelecimento do acordo nuclear com o Irã, o reingresso no Acordo de Paris, abrangendo ainda o estabelecimento de um acordo global sobre migração, a elevação do salário mínimo e o desenvolvimento de um programa de seguro-saúde mais inclusivo. Biden planeja a organização de uma conferência internacional sobre a democracia para atuar não apenas contra a China, Rússia e os governos de esquerda e centro-es-

querda das periferias, sobretudo o da Venezuela, mas contra a internacionalização do fascismo e suas bases governamentais.

O governo Bolsonaro poderá ser alvo de fortes pressões internacionais desde a questão ambiental, dos direitos humanos, da democracia e da corrupção e ter dificuldades para terminar o seu mandato. A centro-direita liberal brasileira, alinhada em torno de Biden, terá na popularidade de Jair Bolsonaro o seu grande obstáculo de viabilizar um candidato competitivo para 2022, já que compete por base eleitoral similar em contexto de bifurcação política. O isolamento do governo brasileiro frente aos Estados Unidos, à União Europeia, à China e aos avanços das esquerdas na América Latina amplia sua fragilidade. Temas como o compromisso do Brasil com o Tratado Interamericano de Direitos Humanos podem voltar à cena para limitar a Lei de Anistia e apurar os crimes de Estado durante o período da ditadura militar, dependendo da organização das forças internas.

O governo Biden, todavia, terá dificuldades estruturais para cumprir sua agenda reformista: a) O estabelecimento de exigências ambientais, trabalhistas e democráticas atua contra o interesse das corporações transnacionais e financeiras norte-americanas, que constituem a principal fração de classes de sustentação deste governo, e formam cada vez mais sua massa de lucros na economia mundial. Ainda que necessite atender aos interesses dos trabalhadores estadunidenses para enfrentar a ameaça de uma extrema-direita organizada, dificilmente Biden poderá ir muito

longe nesta direção; b) As debilidades financeiras e produtivas do Estado norte-americano e de suas empresas são crescentes e limitam o espaço para reformas sociais, principalmente se estivermos ingressando na fase B de um ciclo de Kondratiev; c) A elevação dos padrões ambientais e trabalhistas é crescente em países como a China e dificilmente poderão se constituir em barreiras de acesso significativas ao mercado norte-americano a médio prazo; d) A capacidade de os Estados Unidos lançarem iniciativas na Ásia ou Europa para isolar a China é cada vez menor com o estabelecimento da RCEP, o desenvolvimento do Brics, da Nova Rota da Seda e da Organização para Cooperação de Shangai; e) A credibilidade mundial da democracia estadunidense tem sido cada vez mais abalada pelo desmonte da ideologia da prosperidade que encobriu as desigualdades de classe e o racismo estrutural a que se vincula; f) A crescente organização da classe trabalhadora chinesa abre o espaço para uma nova revolução cultural de base urbana que pode renovar o paradigma internacional de democracia; e g) O novo ciclo das forças democráticas e das esquerdas na América Latina tende a se constituir em obstáculo crescente para o cerco e derrubada do governo Maduro, limitando o alcance das guerras híbridas.

* É professor associado do Instituto de Defesa e Relações Internacionais (Irid/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi/UFRJ), coordenador do LEHC/UFRJ, pesquisador do Grupo de Estudos sobre Estados Unidos do Clacso e autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Boitempo).

Biden foi eleito, e o gosto amargo permanece

Isabela Nogueira*

Biden foi eleito, e o gosto amargo na boca permanece. Afinal, se por um lado a derrota de Trump é uma vitória incontestante na luta contra o obscurantismo no mundo, as causas estruturais que levaram ao fortalecimento da extrema direita nos Estados Unidos foram cultivadas pelos governos democratas e republicanos com nuances, mas com indiscutível maestria. E Biden tem sido, há quase 50 anos, ator político dedicado a esse modelo que podemos chamar de uma “hegemonia 2.0 dos EUA”, nas palavras de Giorgio Romano, incluindo a acumulação neoliberal e financeirizada e acompanhada da velha interferência política e militar na periferia.

No plano interno, há quatro décadas os governos dos Estados Unidos cultivam desigualdades de classe e raça ancoradas na precarização do trabalho, no encarceramento em massa de negros, na repressão aos sindicatos, na liberalização e desregulamentação financeira, e nas mudanças nas relações produtivas e de trabalho promovidas em escala mundial. Trump é herdeiro disso.

Biden, por sua vez, era o candidato do *establishment* estadunidense (leia-se: de *Wall Street*, do Vale do Silício e do complexo civil-militar). Na política externa, seu currículo como “falcão” não desaponta. Junto com outros democratas com ambições presidenciais, como Hillary Clinton e John Kerry, Biden esteve entre os 77 senadores que votaram na resolução em favor da Guerra do Iraque, em 2002. Mas mais do que isso, como chefe do comitê de relações exteriores do Senado, ele deu

apoio crucial ao persuadir outros democratas a votar a favor, tornando-se um dos senadores democratas mais importantes na defesa da invasão do Iraque.

Poucos anos antes, ele foi um crítico do governo Clinton por sua relutância inicial em usar a força militar na antiga Jugoslávia, e, em 1999, Biden votou a favor da resolução que autorizou o bombardeio da Otan contra Sérvia e Montenegro. Dois anos depois, em 2001, apoiou o ingresso dos Estados Unidos na Guerra do Afeganistão e defendeu mais dinheiro e tropas em 2008. No ano seguinte, ele abandonou essa posição quando saiu do Senado e foi para a Casa Branca, em grande parte por conta do enorme desgaste que a presença estadunidense no Afeganistão enfrentava.

Mais central para o caso brasileiro, Biden sempre foi um entusiasta da Operação Lava Jato e da cooperação com órgãos do governo estadunidense. Quando confrontado com as evidências vazadas por Snowden de que a NSA mantinha esquemas de vigilância pelo mundo e espionava a presidente Dilma Rousseff, Biden rebateu, em reunião no Brasil, que é isso que os EUA fazem para manter a paz no mundo.

O que esperar de um governo Biden

Mesmo com todo esse histórico de *establishment*, o que a maioria da coalisão de forças que elegeu Biden está em busca é de mudanças. Ele vai ser pressionado a levar adiante uma agenda positiva que melhore as condições dessa base massiva que o elegeu (entre negros, 87%



votaram em Biden), com seu comparecimento recorde às urnas. Como resumiu Ana Garcia em palestra recente, isso inclui *Medicare for All*, promoção da igualdade racial e redução da violência policial contra as classes populares, enfrentamento do endividamento das famílias e da precarização do trabalho e promoção de um “*Green New Deal*”.

No entanto, a polarização da sociedade americana permanece. Para um presidente racista, misógino e xenófobo, Trump não teve a derrota acachapante que se esperava. Apesar de não ter o resultado final das eleições no momento em que escrevo esse texto, já sabemos os democratas tiveram resultados abaixo do esperado nas duas Casas. Democratas tiveram perdas na Câmara, onde sua pequena maioria encolheu ainda mais, e no Senado, onde tudo indica que não terão maioria. O mesmo vale para a Suprema Corte, onde o legado de Trump vai dificultar a agenda de mudanças.

Tudo isso em face a um país que enfrenta os desafios de uma

possível transição hegemônica. Biden indica que continuará engajado na disputa anti-China, ainda que mudanças de tática (mas não de estratégia) sejam muito prováveis. A principal delas será uma atitude menos protecionista (ou mais seletiva na proteção) e muito mais ativa do ponto de vista da política industrial e de inovação.

O Estado (que jamais saiu de cena) estará de volta de maneira mais intervencionista e formuladora de políticas nos EUA. Basicamente um Estado investidor e formulador de políticas tal como na China, seu grande desafio estratégico. Biden promete um pacote trilionário de investimentos em infraestrutura. Seriam US\$ 2 trilhões para modernizar a geração e transmissão de energia (e torná-la mais limpa), modernizar estradas, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas públicos de transporte. Outros US\$ 400 bilhões seriam destinados ao *Buy American* (compre produtos americanos), um conjunto de políticas de compras públicas e conteúdo local para incentivar a compra de produtos produzidos nos Estados Unidos. E ainda US\$ 300 bilhões iriam para o “inove na América”, ou atividades de P&D para o desenvolvimento de carros elétricos, energias limpas, redes de 5G e biotecnologia, para que “o futuro seja fabricado nos EUA”. No discurso de Biden, “quando o governo federal gasta o dinheiro dos contribuintes, ele deveria usá-lo para comprar produtos americanos e apoiar empregos americanos”.

Não deixa de ser irônico como tudo isso é enormemente parecido com o modelo chinês de desen-



volvimento, seja o papel massivo do investimento para a geração de empregos e crescimento econômico, o esforço de P&D estatal, ou o selo de conteúdo local exigido durante anos nas compras públicas na China.

Nos EUA, pode haver choques na relação com as *big techs*, sobretudo do ponto de vista da regulação e políticas antitruste que, se seguir suas promessas de campanha, Biden deve impor ao Facebook, Google, Twitter e outras. Mas seu apoio às empresas estadunidenses de tecnologia, sobretudo na disputa global pelo 5G, inteligência artificial e internet das coisas, será incontestável.

Impactos no Brasil

Mais do que nunca, fica escancarado o enorme erro do governo brasileiro ao seguir o caminho do alinhamento automático ao derrotado governo de Donald Trump. Isso tende a colocar o Brasil em posições isoladas ou desvantajosas em muitas frentes: na busca por uma vacina contra a Covid-19, na luta pelo meio ambiente e na proteção à Amazônia, na democratização das instituições do sistema internacional, no próprio comércio internacional, e por aí vai.

Na agricultura, em específico, Biden promete uma convergência entre as pautas agrícolas e a agenda do

clima, o que poderia, eventualmente, forçar uma guinada do governo Bolsonaro na política ambiental por pressão dos interesses internos e abrir oportunidades para o etanol, por exemplo. Ou, mais provavelmente, pode também tornar o Brasil um gol fácil da diplomacia Biden, dado “o fato de Bolsonaro ter se algemado a Trump diminui[r] o risco de Brasília ensaiar um alinhamento político com Pequim”, conforme resumiu Mathias Alencastro. Aliás, não é impossível que a agenda verde seja um dos únicos pontos de convergência e cooperação da política externa de China e Estados Unidos no curto prazo.

Em outros termos, o Brasil perde a

oportunidade de ouro do não alinhamento em um mundo em grandes disputas. As oportunidades que se abrem nesses momentos históricos são de negociações estratégicas e barganhas políticas, econômicas e tecnológicas que, dados os posicionamentos do governo Bolsonaro, são impossíveis nesse momento. Não restam dúvidas: na atual conjuntura, o Brasil se torna não só mais isolado, como completamente largado na arena internacional.

* É professora do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) da UFRJ e coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China).

Eleições americanas, a oposição e as lutas populares no Brasil

Francisco Carlos Teixeira da Silva*

Certa feita, por volta dos anos de 1960, foi dito que as eleições nos EUA eram tão importantes que o mundo inteiro deveria votar! Pena, posto que nos EUA, então, poucos votassem! Esse cenário, no entanto, mudou. Mesmo com um sistema eleitoral confuso e oligárquico, o voto foi maciço: enquanto Lula obteve 58,3 milhões em 2006 – o maior patamar de votos da nossa História –, e Bolsonaro recebeu cerca de 57,7 milhões de votos em 2018, Joe Biden já é o homem mais votado de toda a história dos EUA, com mais de 71 milhões de votos (ou 50.5% de preferência de todo o eleitorado popular do país) e Donald Trump recebeu quase 68 milhões. Na Índia, uma democracia parlamentar, o sistema não permite uma comparação desse tipo....

Lembremo-nos que nos Estados Unidos o dia das eleições não é feriado e não há dispensa; houve, na verdade, medidas contrárias ao voto por parte da extrema direita, campanha de robôs via telefone, é até comboios obstruindo estradas e acessos de votação. Assim, a mobilização do eleitorado – tanto pró-Biden, em especial via postal, no dia das eleições, como também pró-Trump –, explicitou uma América atenta, firme, mobilizada, dividida e polarizada, e – importante – organizada em comitês cívicos pré-eleitorais em torno de plataformas políticas de mobilização de eleitores negros,

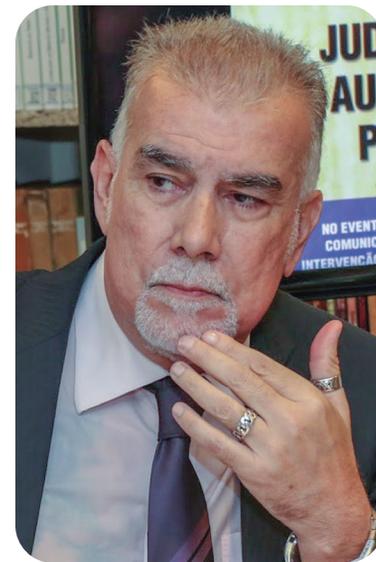
mulheres, LGBTs, que fizeram grande diferença nesses eleições.

Da mesma forma, as inúmeras organizações da cidadania, do tipo *Protect the Vote* ou *Count Every Vote* – mais de 190 comitês cívicos espalhados por todos o país com escritórios em milhares de municípios – e que saíram às ruas, muitas enfrentando fisicamente reações brutais nas ruas de Nova York e Portland, entre tantas outras cidades – mostram uma sociedade disposta a lutar pela participação, pelo aperfeiçoamento e mudança de suas instituições e por valores democráticos. E mais do que isso, a organização da sociedade civil de forma externa aos partidos políticos, uma vivacidade que não vemos aqui no Brasil depois de quase oito meses de pandemia/quarentena, quase sucumbidos num mundo de *lives* e sem uma forma clara de organização contra o bolsonarismo. As formas de organização de apoio ao voto, e sua validação, são a grande novidade no processo eleitoral norte-americano. Realidade desconhecida no Brasil, embora a ameaça esteja “ante portas”!

Dáí podemos tirar lições, fazer comparações e estabelecer diferenças. De forma dramática, nunca uma eleição norte-americana foi tão decisiva para os destinos do Brasil. Não olhamos as eleições de forma ingênua, ou simplista, de forma a transferir o centro da luta pela soberania nacional, das lutas populares no Brasil, para os escritórios de apuração de votos nos EUA. Isso é primário demais. Tra-

ta-se de voltar a entender a própria dinâmica do imperialismo, suas contradições e sua relação com o arranjo de poder vigente no Brasil hoje – o bolsonarismo.

O grau de alienação de grande parte das classes médias, das camadas populares brasileiras fixadas numa “cultura popular” americanizada, massificada via televisão, cinema de baixa qualidade, programas de TV, idealizada em viagens de baixo custo, inclusive como presentes de aniversário – “quero ir à Disney” como mote típico das classes médias e sinal de êxito social e verdadeiro rito de ascensão social – marca os EUA como paradigma. O Brasil e suas classes médias, exemplificado e midiaticizado na própria família do Presidente da República – o “intercâmbio” sem estudos, o “fritar hambúrguer”, a Disney, o boné político, os valores consumistas e a vida na cozinha de *fast food* – interiorizou uma “América” sem os valores básicos da própria fundação da América, que serviu por bom tempo para emular os ideais de democracia. Mas, há uma “terceira América”. A América das pessoas que lutam pelo seu direito ao voto, que lutam para que “Todo voto valha”, que lutam pela memória de George Floyd, pelos direitos dos negros, dos latinos, dos pobres, pelos direitos ambientais... Ou seja, a uma intensa luta social rugindo hoje na América, e nomes como Bernie Sanders ou Alexandria Ocasio-Cortez, nomes institucionais, são apenas uns poucos de tantos outros. A América é hambúrguer, um boné e as compras, para a



maioria da classe média brasileira. Um rito de passagem e de prestígio para um imenso grupo social que aumentou seus proventos durante um ciclo de *commodities* favorável no país e encontrou seus intérpretes na “teologia do sucesso”. Nada fizemos, também, para garantir uma escola iluminista, esclarecedora, combativa: na maioria das vezes, e em nome da governabilidade, abandonamos os professores, em especial de história, geografia, biologia, à ira dos fundamentalistas. Não por acaso os professores são a linha de frente do embate cultural em curso.

Entre nós o combate cultural não foi travado. Os grandes projetos de valorização dos nossos museus, galerias de artes, de colocar nossos alunos e estudantes nas ruas visitando e criticando monumentos e sítios históricos, a maioria dedicada aos escravizados e matadores de índios – como vemos em quaisquer cidades do

mundo onde a educação “bancária” (dos alunos sentadinhos em bancos escolares, como dizia Paulo Freire) já teria sido superada – bom, isso, entre nós, não ocorreu! Mantivemos uma educação rotineira, livresca. Não usamos a televisão para educar; ela foi mantida como monopólio e as redes foram usadas, minoritariamente, com enorme esforço, pelas iniciativas próprias dos professores e poucos grupos sindicais e profissionais.

Neste contexto, a eleição americana é importante, não há como negar, muito menos ignorar. Há ainda tempo para participar dessa briga, muito além de um certo desdém ou altivez nacionalista, no aprofundamento interno dos seus desdobramentos, trazendo o debate para o combate ao bolsonarismo.

mo. E temos motivos para isso.

Vejamos:

1. Bolsonaro amarrou seu cachorro, e com isso a soberania do Brasil, em Trump – não só no governo americano. Não houve precedente histórico de tamanha subalternidade entre chefes de Estado. A derrota de Trump é uma derrota do projeto Bolsonaro de transformar o Brasil em uma província dos Estados Unidos de Trump, desmoraliza o bolsonarismo e o deixa sem discurso;
2. A questão ambiental volta a ser central para todos nós brasileiros. Além de ser mais uma derrota para o bolsonarismo, mais um ponto central, é de suma importância posto que:
 - 2.1. os povos indígenas e ri-

beirinhos estão sendo massacrados e esse processo deve ser parado imediatamente – são vidas, são testemunhos, são culturas que estão em jogo;

- 2.2. a destruição da floresta é criminosa em si mesma, não apenas enquanto um trunfo na luta contra Bolsonaro;
- 2.3. há um modelo de exploração predatória dos recursos naturais que mostrou seu atrelamento aos preços internacionais de *commodities* e que deixa apenas destruição no seu rastro – todo o modelo deve ser repensado;

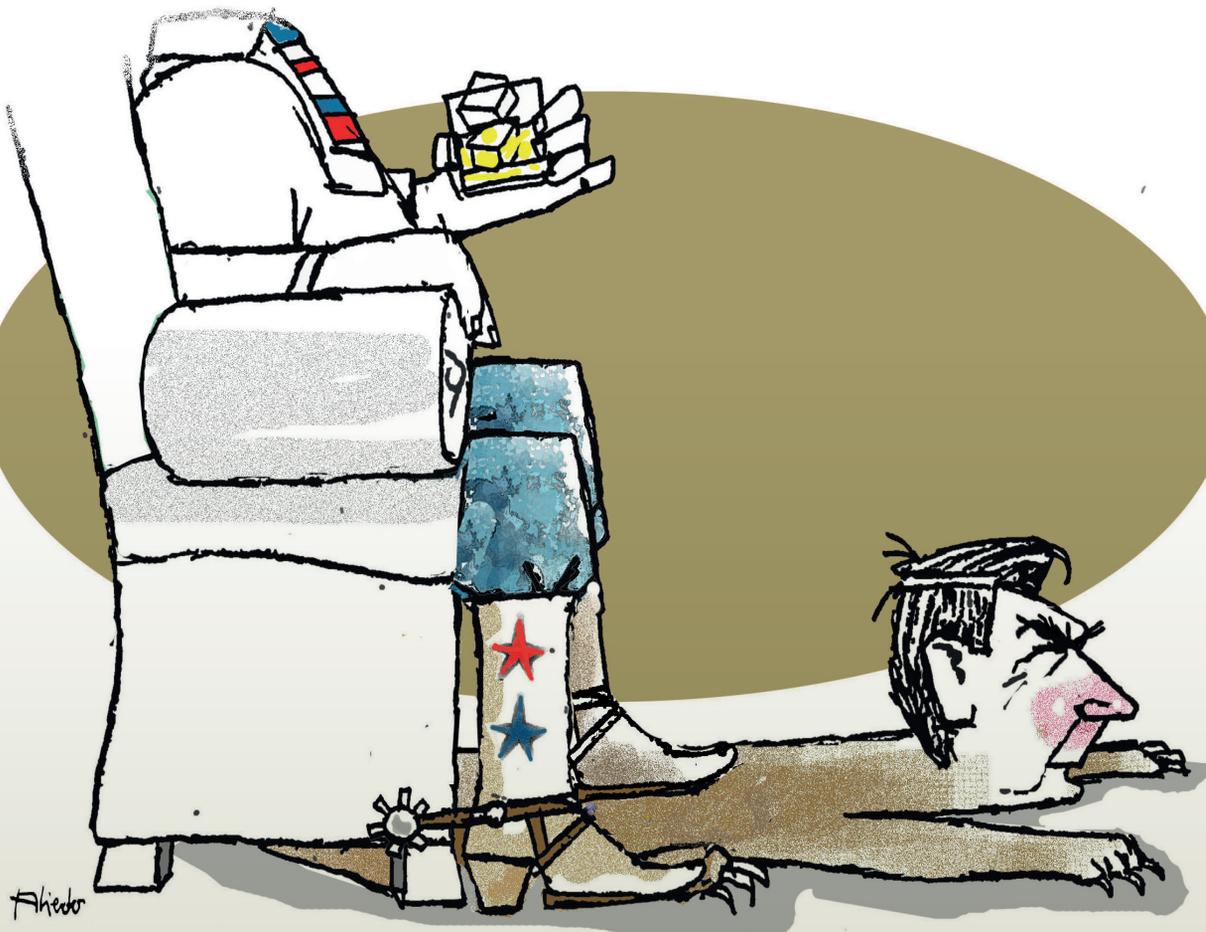
3. Os projetos Biden de ação sanitária/anti Covid-19 e de vacinação são exatamente o contrário que o bolsonarismo defende e terão impacto direto no avanço mundial em fa-

vor da superação das condições da pandemia e na luta imediata para salvar vidas no Brasil;

4. Os projetos Biden/Kamala Harris de intervenção social/ saúde e reconstrução urbana terão impacto, como os anteriores, na dívida pública americana e nos investimentos. Isso resultará no retorno, rápido e em massa, de dólares para os EUA, impactando o programa de privatizações e investimentos no Brasil e desmontando, ainda mais, a política de Guedes;
5. Por fim, a busca do ministro da Economia por novos parceiros para investimentos no Brasil, em face da “marca suja” e das repetidas associações com Trump, e retorno de capitais ao EUA, bem como para a União Europeia em face da “segunda onda” de Covid-19 na Europa, será imensamente dificultada e ficará sem interlocutores, por um bom tempo, em Washington, trazendo forte impacto sobre a economia brasileira.

Nestes condições, numa situação mundial complexa, profundamente fluida, insisto que tratar as eleições americanas com desdém ou afirmar que podemos dispensar uma análise séria do chamado imperialismo – ao qual, afinal, Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e tantos outros dedicaram tantas análises – em favor de um foco único no Brasil é desconhecer a dinâmica múltipla da “margem” global do mundo e, acima de tudo, os milhões de homens e mulheres, companheiros, que lutam contra o “sistema” nos Estados Unidos.

* É professor titular de História Contemporânea na UFRJ.



O significado da vitória de Joe Biden nos EUA para o Brasil e China

Uallace Moreira*

As eleições nos EUA levantaram vários questionamentos acerca das possíveis mudanças que poderiam acontecer, particularmente considerando os casos das relações dos EUA com o Brasil e com a China. Acredito que podemos analisar a vitória de Biden sobre Donald Trump sob duas dimensões: a) uma política, analisando o significado da derrota dos valores da extrema direita que Trump representa; b) e a outra, a agenda econômica defendida por Biden, que, de certa forma, tem similaridades com a de Trump.

Do ponto de vista da dimensão política, a vitória de Biden tem um significado relevante para o enfraquecimento dos valores da extrema direita que Trump representa. De acordo com Filgueiras e Druck (2019), esses valores estão associados a algumas características: a) um perfil vinculado ao autoritarismo antissistêmico, inclusive contra o Estado de Direito; b) o uso da legalidade democrática para a constituição de um Estado de Exceção; c) postura agressiva e persecutória a todas as tendências políticas consideradas de esquerda; d) defesa de um nacionalismo xenófobo, com a negação da existência de classes no interior da nação; e) patrocínio de uma “guerra cultural-ideológica” permeada por narrativas de caráter místico-religioso e anti-intelectual, que procura desacreditar o conhecimento científico em explicar problemas reais da sociedade, a exemplo da Covid-19.

Para os autores, tais caracterís-

ticas expressam os valores da extrema direita e são comuns a todas as formas políticas desse segmento, que ganhou adeptos em diversas partes do mundo, quer na forma de movimentos, quer já tenham alcançado a posição de governo.¹

A vitória de Biden representa, portanto, um enfraquecimento dos grupos políticos que representam essas ideias no mundo. Isso tem um significado substancial considerando o caso do Brasil, pois além da trajetória política do Presidente Jair Bolsonaro estar associada a esses princípios, existe também um alinhamento automático e submisso aos EUA que encontrava suporte em Trump. Agora, com Biden na presidência, haverá um isolamento político de Bolsonaro.

Esse isolamento se acentua se

considerarmos a agenda ambiental, que deverá se transformar num tema prioritário na relação bilateral e em negociações comerciais. Biden deixou claro que a proteção ao meio ambiente e os direitos das minorias vão ganhar mais relevância na forma como os EUA se relacionam com o mundo. Mantida a mesma postura do governo Bolsonaro em relação à questão ambiental e às minorias, há indícios de que haverá tensões entre Biden/EUA e Bolsonaro/Brasil.

Em relação à agenda econômica, as principais propostas de Biden se assemelham de certa forma àquelas de Trump, principalmente nos quesitos de defesa da retomada da geração de empregos via fortalecimento de cadeias produtivas nacionais. Na política externa, por

um lado mantém a linha de pouca relevância dos países da América Latina e, por outro, a tendência de continuidade no embate contra a China. Entretanto, a linha de Biden está mais vinculada ao multilateralismo, ao contrário do unilateralismo de Trump.

O principal lema da campanha de Biden foi *Made in all of America, by all of America's workers*², cuja finalidade principal é combater o desemprego através do fortalecimento das cadeias produtivas nacionais e estimular a aquisição de produtos locais, proposta similar à de Trump. O plano ambicioso gera empregos com incentivos fiscais de aproximadamente US\$ 400 bilhões para a indústria nacional, estimulando também o desenvolvimento tecnológico e ener-



gias renováveis com um pacote de US\$ 300 bilhões.

Essa proposta é essencial para uma economia fortemente impactada pela crise da Covid-19; apesar de uma recuperação no 3º trimestre, os especialistas afirmam que o PIB americano se encontra 3,5% abaixo do patamar pré-crise. Essa profunda crise econômica associa-se a uma taxa de desemprego em torno de 6,9%.

Essa lógica da política econômica está em consonância com sua política externa, resumida no dilema *Welcome back America*. Isso resulta em ignorar ou instrumentalizar sua relação com o Brasil e, possivelmente, manter sua política de disputas intensas contra a China³.

A instrumentalização do Brasil acontece no estabelecimento de acordos que favoreçam os EUA, assim como o uso político da posição brasileira para confrontar nações consideradas ameaças, como a Venezuela e a Bolívia. Durante o governo Trump, as relações com a América Latina se definiram por relações bilaterais, deixando de lado um enfoque multilateral, e o Brasil é o melhor exemplo disso. O alinhamento automático da política externa brasileira aos EUA permitiu ao governo Trump impor medidas tarifárias sobre o aço e alumínio brasileiro. Além disso, o governo brasileiro renovou a tarifa zero para a importação de etanol dos EUA e assinou um acordo com o *Exim Bank* (Banco de Exportação e Importação dos EUA), consentindo com o financiamento das exportações dos EUA para o Brasil, como também estabeleceu critérios que resultam em obstáculos para um eventual acordo com a Huawei em torno da tecnologia 5G.

Com Biden, possivelmente predominará uma lógica multilateral, mas com os EUA atuando de for-

ma branda para influenciar na política latino-americana, tanto do ponto de vista das relações diplomáticas, como também mantendo uma relação econômica de benefícios para os EUA. O próprio Biden já deixou claro que a política comercial começa em casa, defendendo a indústria nacional e a segurança alimentar. Sobre as relações comerciais entre Brasil e EUA, não deve ocorrer um crescimento vigoroso de comércio e nem haverá uma queda abrupta, com os EUA se mantendo como nosso 2º principal parceiro comercial, mas com seus interesses continuando a predominar, principalmente com a política externa de subserviência do governo brasileiro.

É importante lembrar que Biden foi vice-presidente durante o governo de Barack Obama, este responsável por espionar o governo brasileiro. Em 2013, foram divulgados centenas de documentos revelando que, sob o argumento de combate ao terrorismo, instalou-se uma central de operações clandestinas em Brasília de onde foram violadas as comunicações da presidente Dilma e roubados segredos industriais da Petrobras. Esse fato é relevante por que aponta para uma evidência de que tanto democratas como republicanos têm a mesma lógica de atuação em sua política externa em relação ao Brasil.

A outra dimensão da política externa dos EUA que ganhou mais notoriedade durante a gestão de Trump e que deve ser mantida com Biden é a guerra comercial com a China. Desde que o governo Trump iniciou a disputa comercial com a China, envolvendo o aumento das tarifas entre os dois países, Biden não revelou suas intenções. Contudo, de acordo com o site da sua campanha, sua política de fortalecimento das cadeias produtivas internas e geração

de empregos sugere a manutenção de tais medidas e o acirramento da disputa comercial.

Essas medidas começaram com Trump em 2016, com as sanções impostas pelos EUA contra a empresa de equipamentos de telecomunicações chinesa ZTE, e tornou-se cada vez mais intensa à medida que Washington aumentava a pressão sobre outras empresas chinesas, sob o argumento de que ameaçavam a segurança nacional dos EUA. No espaço de um ano, Washington revisou suas regras de controle de exportação três vezes para atingir a Huawei⁴ — mudanças essas que afetaram os fornecedores estadunidenses e não estadunidenses de microchips e placas de circuitos avançados. A medida mais recente foi uma ordem executiva de Trump proibindo que americanos invistam em cerca de 30 empresas que fazem negócios com o Exército de Libertação Popular (ELP) da China.

Como resposta, na China os gastos em pesquisa e desenvolvimento, os investimentos em parques tecnológicos, os programas de compras e de financiamento de governo voltados para indústrias de alta tecnologia, tanto no setor de tecnologia da informação e da comunicação, de biotecnologia e de energia quanto no programa espacial e militar, reafirmam a estratégia do país em lograr estruturas produtivas mais densas e diversificadas, dando ao país maior autonomia em sua trajetória de desenvolvimento.

A China divulgou que nos próximos planos quinquenais haverá prioridade para a estratégia chamada *de dual circulation strategy*, com foco em inovação e tecnologia, como nova estratégia para enfrentar o duelo econômico contra os EUA. Essa nova estratégia tem duas linhas de ação: a) for-

talear o mercado interno; b) ampliar o investimento tecnológico.

Comemorada por muitos no Brasil, há elementos que nos permite afirmar que a vitória de Biden tem significado do ponto de vista político, na medida em que contribui para o isolamento político dos grupos da extrema direita, em particular do Presidente Bolsonaro. Entretanto, do ponto de vista de agenda econômica brasileira, tudo aponta para a continuidade de uma postura subalterna em relação aos EUA, acatando acordos danosos ao país, principalmente sobre as estruturas industriais mais robustas da economia brasileira. Em relação à China, Xi Jinping tem demonstrado uma postura de consciência que Biden é mais do mesmo, de modo que tem buscado vários mecanismos para se contrapor à hegemonia e ataques dos EUA. A estratégia mais recente de Xi Jinping é a formação do maior acordo comercial do mundo com a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês), intensificando as relações comerciais na região da Ásia-Pacífico, com a finalidade de aproximar tradicionais aliados dos EUA à China.

* É professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (FE/UFBA).

1 <https://diplomatie.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>

2 Ver: <https://joebiden.com/made-in-america/#>

3 Ver: <https://joebiden.com/american-leadership/>

4 Empresas chinesas como a Huawei e a ZTE estão perdendo o acesso a *microchips* e placas de circuitos avançados diante dos boicotes dos EUA. As últimas regras anunciadas pelo Departamento de Comércio dos EUA, proibiram efetivamente qualquer empresa, em qualquer lugar do mundo, de fornecer *chips* para a Huawei ou qualquer uma de suas subsidiárias sem primeiro obter uma licença do governo dos EUA.

Governo Biden e governo Bolsonaro: o que muda e o que permanece?

Eduardo Costa Pinto*

A escolha eleitoral para presidente dos Estados Unidos sempre desperta enormes expectativas no que diz respeito aos rumos de sua política externa e os impactos disso para o mundo. Quais serão os efeitos políticos e econômicos mundiais?

Essa pergunta percorre as redações dos jornais pelo mundo afora, passando pelos textos de diversos acadêmicos, até alcançar os gabinetes dos analistas e estrategistas de diversos Estados nacionais (na Europa, na Rússia, na China, no Brasil, entre outros). Mas por que essa eleição presidencial é tão importante?

Isso se deve ao fato de que os EUA são a maior potência econômica, tecnológica e militar do sistema internacional, formado por diversos Estados nacionais que possuem diferentes capacidades (maiores ou menores) de exercerem sua vontade independente da vontade alheia (soberania). Assim, a posição hierárquica de determinado país no sistema está atrelada à sua capacidade de acumular riqueza e, ao mesmo tempo, de ampliar os seus poderes (político, ideológico/cultural e militar).

Nesse sentido, o sistema internacional é caracterizado, em sua essência, pelo conflito permanente (manifesto ou latente) e pelo equilíbrio instável. Paz, guerra, globalismo, nacionalismo não são fins últimos na arena de disputa do sistema internacional, mas sim meios

para a obtenção de maior acumulação de riqueza e de poder para um determinado subconjunto de nações, que buscam se manter no topo ou ascender na hierarquia do sistema (“quem não sobe, cai”).

Isso implica, por um lado, constantes conflitos entre os Estados nacionais e, por outro, um processo desigual de desenvolvimento das forças produtivas. A depender da posição do Estado na hierarquia do sistema, ele pode exercer sua soberania diante das outras nações por meio:

da guerra convencional ou não convencional (ou pela preparação para a guerra), que expressa o exercício coercitivo do poder na arena internacional;

do poder econômico nas esferas produtiva (comercial e tecnológica), monetária e financeira, materializado pela exportação de capitais e pelo controle da moeda de curso internacional. Isso proporciona uma maior capacidade de acumular e controlar a riqueza; e

da atuação direta e indireta nos aparelhos hegemônicos internacionais formados pelas organizações multilaterais (ONU, FMI, Banco Mundial, OMS etc.) e pela exportação de seu modelo de cultura (cinema, TV, mídias, educação, valores etc.), que funciona como elemento de dominação e legitimidade.

Como dito, os EUA estão no topo da hierarquia do sistema internacional. Por isso sua eleição presidencial é tão importante. No entanto, a eleição de 2020 assumiu um caráter ainda maior em



virtude: 1) da forma de governar do presidente republicano Donald Trump, de extrema direita (*alt-right*)¹, e de sua política externa *America First* (anti-globalista). Isso significou a saída dos EUA de instituições e acordos multilaterais e a redução de intervenções militares; 2) da atual ascensão da China no sistema internacional, que já se tornou a segunda maior potência econômica. Criando preocupações nos estrategistas norte-americanos, sobretudo, com a internacionalização dos capitais chineses por meio do projeto da Rota da Seda; e 3) do aumento do poder militar da Rússia, sobretudo com os desdobramentos da guerra na Síria.

Mais do que uma disputa tradicional entre o presidente republicano Trump e o candidato democrata Joseph Biden, ex-vice-presidente do governo Barack Obama, a eleição de 2020 teve um caráter plebiscitário sobre a

forma que Trump vinha governando os EUA, num contexto de aumento de poder russo e, sobretudo, chinês.

Nessa disputa, o presidente Trump foi derrotado por Biden, que representa o retorno do *establishment* democrata ao poder, sobretudo o que esteve presente no governo Obama. Isso fica explícito com o anúncio de Antony Blinken para exercer a secretaria de Estado. O mesmo que exerceu diversos cargos relevantes no governo Obama, atuando diretamente na formulação das políticas dos EUA para o Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria e Rússia.

Cabe lembrar que, durante os governos Obama (2009-2017), apesar da retórica do multilateralismo, os EUA utilizaram dos instrumentos da guerra convencional e não convencional², do poder econômico e da atuação direta e indireta nas instituições multilaterais para reforçar a posição de suas empresas e para impedir o avanço de seus principais oponentes do sistema internacional, a saber: Rússia, Irã, Coreia do Norte e China, conforme definido na *National Military Strategy* de 2015.

Até esse momento, em linhas gerais, a futura política externa do governo Biden parece ser um de retorno ao passado (onde Obama parou). Acontece que os tempos cronológicos e históricos não pararam ao longo do governo Trump. As condições internacionais se modificaram, a China aumentou seu poder eco-

nômico, a Rússia aumentou seu poder bélico e os antigos aliados ficaram desconfiados com as posições do governo Trump. O jogo no tabuleiro internacional ainda não foi concluído, os EUA perderam posições relativas, mas ainda permanecem com capacidades econômicas, políticas e militares significativas na disputa com seus principais oponentes.

Nesse contexto de vitória de Biden e de aumento das disputas geopolíticas, cabe perguntar: quais os impactos para o Brasil? Como fica o governo Bolsonaro, que possuiu enormes afinidades ideológicas (extrema direita) e até afetivas com o governo Trump? Em 2019, após visita do secretário de Comércio dos EUA, o presidente Bolsonaro chegou a afirmar que “está cada vez mais apaixonado pelo presidente americano, Donald Trump”. As “almas desencantadas” se atraem.

Com o fim da paixão, o presidente Bolsonaro reagiu com pólvora ao discurso do Biden, à época candidato, sobre a possibilidade de aplicar sanções econômicas ao Brasil caso o desmatamento da Amazônia continuasse. Fim de paixão causa situações vexatórias. Mas o presidente Bolsonaro extrapolou os limites ao usar uma retórica bélica para desafiar a maior potência militar do planeta. É evidente que virou piada. Muitos “memes” surgiram sobre a capacidade das Forças Armadas brasileiras. Acho que os comandantes das FFAA não deram risadas, não

Independente desse e de muitos outros momentos tragicômicos que o Brasil atravessa sob o governo Bolsonaro, acho que muitos analistas, inclusive de esquerda, têm superestimado os efeitos negativos da vitória do Biden para o go-

verno Bolsonaro. É evidente que o Bolsonaro perdeu com a derrota de Trump, no mínimo uma paixão.

Mas daí derivar que o governo Biden atuará de forma direta ou indireta para desestabilizar o governo Bolsonaro, já que ele ameaçou os EUA com pólvora, é muito complicado. Os EUA exercitam o seu poder para alcançar os seus fins econômicos (de suas empresas) e geopolíticos e muitos deles já foram alcançados, desde 2016.

Sob os governos Temer e Bolsonaro, os EUA conseguiram obter as mudanças regulatórias na exploração do pré-sal, que ampliaram a participação das suas empresas (Chevron e Exxon); a desestabilização do engajamento do Brasil nos arranjos configurados pelos Brics; o acordo de uso da base de Alcântara, entre outros benefícios. Por outro lado, recebemos muito pouco em troca dessas concessões.

A perda da capacidade de controlar esses ativos estratégicos implicou a redução da relevância do Brasil no tabuleiro geoeconômico e geopolítico internacional. Um dos poucos ativos estratégicos que ainda não negociamos à preço de banana é o nosso mercado para o 5G. Mercado este cobijado tanto pelos chineses como pelos norte-americanos no âmbito das disputas tecnológicas, econômicas e de controle do sistema de informação (instrumento para guerra convencional e, sobretudo, não convencional) entre esses países. Mas co-

mo a China é governada pelo Partido Comunista, dificilmente o governo Bolsonaro abrirá espaço para negociação com esse país. Ideologia acima de tudo. Com isso, provavelmente, entregaremos a baixo custo o nosso mercado para os EUA.

Nesse sentido, não acho que o governo Biden terá grandes impactos para o Brasil, uma vez que os interesses dos EUA estão sendo e serão atendidos sob o governo Bolsonaro. Não dá para esperar que a tragicomédia brasileira seja resolvida por um novo governo dos EUA, uma vez que eles ganham, e muito, com o nosso descabro atual.

* É professor do IE/UFRJ e pesquisador do Ineep/FUP. E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br.

1 *Alt-right* tem sua raiz na “velha direita” (coletivismo de direita) da década de 1920 e 1930 (conservadorismo e oposição ao *New Deal*), que tinha como tripé: governo pequeno (descentralização das funções de governo articulado com a autogovernança/comunitarismo), anticomunismo e valores tradicionais (defesa da civilização ocidental e judaico-cristã) (Ver Foley, M. *American credo: the place of ideas in US politics*. Oxford University Press, 2007 (capítulo 13).

2 Andrew Korybko, em seu livro *Gueras Híbridas*, de 2018, argumenta que os EUA adotaram uma estratégia de guerra indireta na Síria e na Ucrânia, marcada por “manifestações” e “insurgências”.



Saúde carioca: despreparo e pandemia

De forma a encerrar a série de artigos sobre os impactos da pandemia no Município do Rio de Janeiro (MRJ), neste estudo analisamos dados a respeito da saúde entre 2011 e outubro de 2020, assim como o orçamento para o combate à Covid-19 e as expectativas para a próxima gestão com base nas informações disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 (Ploa 2021).

Os dados foram coletados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do Portal Contas Rio, do Parecer do Tribunal de Contas do Município (TCM), do DataSUS e do Ploa 2021. Os valores encontram-se deflacionados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de setembro de 2020.

Histórico da saúde no MRJ

A trajetória exposta no gráfico 1 demonstra queda quase contínua do gasto com saúde e de seu peso na despesa total a partir de 2013, o que indica que a área vem sendo cada vez mais negligenciada. A exceção é o ano de 2016, quando a municipalização dos hospitais estaduais Albert Schweitzer e Rocha Faria e a criação de 35 novas Clínicas da Família levou ao aumento de cerca de R\$ 400 milhões no montante liquidado.

Entretanto, a contração da receita em 2017 resultou em nova diminuição das despesas da saúde, mais especificamente as de custeio. Assim, o aumento do peso da função neste ano somente reflete a redução do gasto total. Isso evidencia a política de cortes na área

realizada por Crivella, principal fator desencadeante da crise na saúde carioca que persiste até hoje.

Já o ano de 2018 foi marcado por uma queda no número de equipes de saúde e se encerrou com 23 a menos do que no ano anterior, um sinal de esvaziamento da política de atenção primária na cidade, conforme aponta artigo realizado pela Fiocruz¹. É importante destacar que atualmente grande parte dos profissionais da área é terceirizada pelas Organizações Sociais de Saúde (OSs), o que os deixa altamente vulneráveis a políticas de redução do orçamento, dada a maior flexibilidade das relações de trabalho dessa categoria. Além disso, esse modelo reforça o desfinanciamento da saúde pública ao transferir recursos públicos para a iniciativa privada, sob uma lógica de mercantilização.

O esvaziamento da atenção básica também é evidenciado pela não realização, em diversos anos, de obras previstas nas Unidades de Saúde da Família. Isso reverbera a falta de investimento, grupo de despesa que apareceu de maneira ínfima na função Saúde durante todo o período.

Nesse horizonte, o número de leitos de internação no Município teve queda durante toda a série e em 2019 foi 33% menor do que no ano inicial. Através disso, temos as reclamações envolvendo a fila do Sistema de Regulação (Sis-Reg), que controla as vagas para o sistema de saúde da cidade e triplicou na última administração, com espera de anos para realizar certos procedimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, verificamos o cumprimento do mínimo constitucional².

Apesar do município tê-lo ultrapassado em todos os anos averiguados, este não foi suficiente para o atendimento satisfatório das demandas da área, conforme demonstrado.

Para compreendermos como o MRJ reagiu nesse setor frente à pandemia, analisaremos a seguir a realização de gastos com saúde no ano de 2020 e os esforços da Prefeitura para atenuar os impactos da Covid-19 para a população carioca.

O atual estado de saúde carioca

A princípio, realizamos um comparativo das despesas realizadas na função Saúde até o quinto bimestre de 2020 frente aos anos anteriores (gráfico 2), de modo a verificar se os esforços para o combate aos impactos do coronavírus se refletiram em um aumento do gasto.

Surpreendentemente, o ano de 2020 teve o segundo menor valor liquidado da série. Não só a despesa chegou a ser 7% menor do que

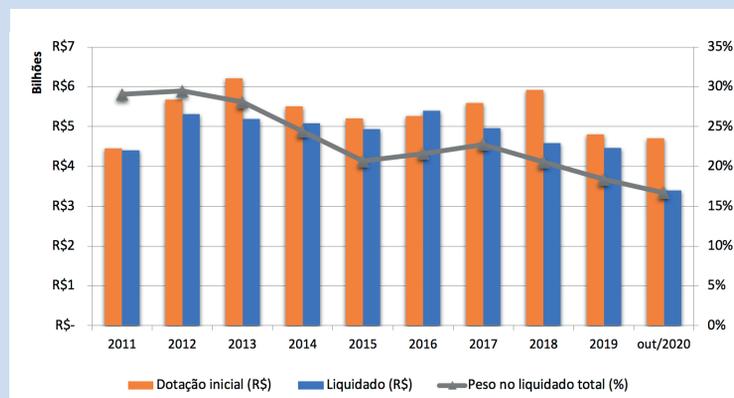
a verificada no mesmo período do ano anterior, como foi 35% menor do que a de 2016 (ápice da série).

Em contraposição, observou-se um incremento na receita arrecadada através do SUS. O valor apurado até junho deste ano foi 26% maior do que no mesmo período em 2019, totalizando R\$ 863 milhões. Diante disso, podemos inferir que a queda dos valores liquidados não só se deu em um contexto de maior necessidade de elevação dos gastos da saúde, como também em um período de crescimento da arrecadação municipal para este fim.

A partir do portal Contas Rio e dos Relatórios de Gestão e Avaliação, destacamos também os principais programas realizados que se relacionam diretamente com a crise sanitária atual. Os programas estão dispostos em três blocos, com o objetivo de refletir o desempenho do Sistema Público de Saúde nas esferas de Prevenção e Controle de Doenças, Atenção Primária à Saúde e Sistema Emergencial até outubro de 2020.

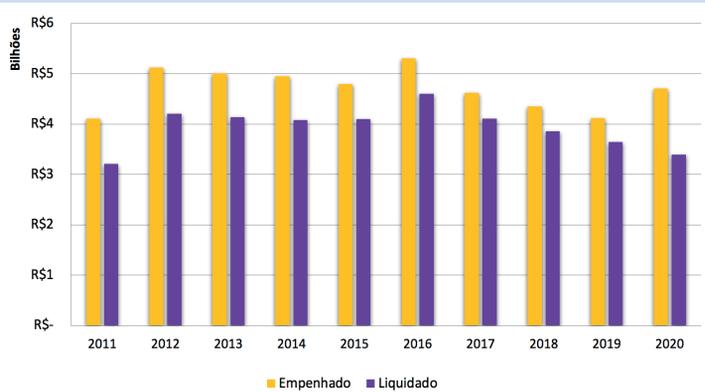
O campo de Prevenção e Con-

Gráfico 1 – Evolução da Função Saúde (2011 a outubro de 2020)



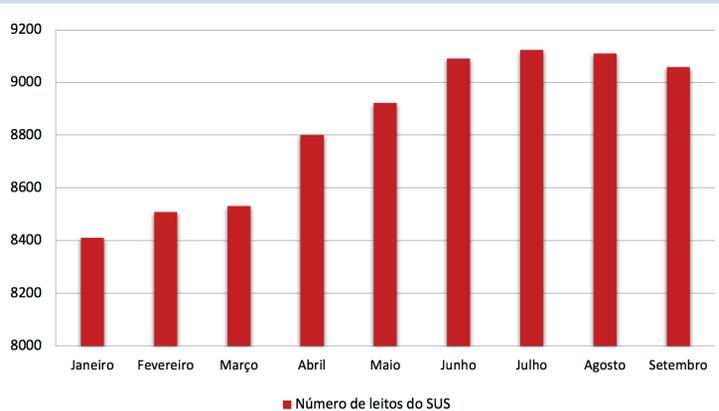
Fonte: RREO e Contas Rio.

Gráfico 2 – Histórico de despesa da função Saúde até o outubro (2011 - 2020)



Fonte: RREO e Contas Rio.

Gráfico 3 – Número de leitos de internação em 2020



Fonte: DataSUS

trole de Doenças é representado pelo programa de Vigilância em Saúde, Informação Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, que possui como objetivo geral a coleta, consolidação e análise de dados referentes aos agravos agudos de notificação compulsória, nascimentos e óbitos, a promoção de vacinação e o controle de vetores para a prevenção de doenças. O programa correspondente contou com liquidado de R\$ 16,8 milhões, valor consideravelmente baixo em relação ao ano de 2019, quando foram gastos R\$ 44,8 milhões.

Devemos ressaltar que a vigilância epidemiológica é fundamental no contexto atual da pandemia, pois possui o papel de proporcionar a detecção de mudanças nos fatores determinantes de saúde, com o objetivo de recomendação de medidas de prevenção e controle da Covid-19. Sua importância é ainda mais evidente ao observamos o contraste entre as taxas de letalidade por coronavírus no Brasil (1,7%) e no Rio (5,6%)³. A taxa carioca muito maior do que a nacional demonstra subnotificação dos casos mais brandos e assintomáticos da do-

ença, o que se torna mais problemático levando em conta que os casos brasileiros como um todo já são subnotificados⁴.

Em relação à Atenção Primária, temos o programa Atenção Primária à Saúde, que possui como principal objetivo a promoção da atenção básica à saúde, a garantia do acesso, o fortalecimento da integralidade, a continuidade e a coordenação do cuidado, de modo a consolidar a Estratégia Saúde da Família como modelo de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura assistencial em áreas de maior vulnerabilidade social. Observou-se valor liquidado de R\$ 513,7 milhões com o programa. A atenção primária, apesar de apresentar uma maior concentração de recursos comparada às demais esferas, é a que mais se destaca em relação ao exercício anterior, que apresentou liquidado de mais de R\$ 1 bilhão.

Tendo em vista os recursos destinados e firmados nesse escopo, é importante salientar que as Unidades Básicas de Saúde são fundamentais, uma vez que as mesmas são responsáveis pela prestação do primeiro atendimento e encaminhamento para especialidades, quando é necessário. A resposta da área de atenção básica para lidar com uma crise sanitária do porte da Covid-19, bem como as demais esferas apontadas, dependeria do preparo dos profissionais e de uma filtragem correta dos casos, o que por sua vez evitaria a ida em massa para os serviços hospitalares, conforme aponta o presidente da Associação Médica Brasileira, César Eduardo Fernandes⁵.

Finalmente, o programa Governança Hospitalar e Urgência e Emergência representa a última esfera, rotulada como Sistema Emergencial. Ele possui o objetivo de ofertar serviços de saúde à popu-

lação através da reestruturação de sua Rede de Saúde, de acordo com as necessidades e fragilidades de cada área da cidade, tendo como importantes coadjuvantes as Coordenações de Emergência Regional (CER) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA). A área teve valor liquidado de R\$ 153,8 milhões frente aos R\$ 310,3 milhões liquidados em 2019.

Reflexos disso podem ser atrelados de forma direta ao número de leitos de internação averiguados em 2020, disponibilizados pelo DataSUS. No gráfico 3, notamos que a trajetória, apesar de apontar um crescimento, se revela de forma um tanto tímida, apresentando seu maior patamar no mês de julho.

Os desafios da próxima gestão

É cada vez mais evidente que a crise sanitária e econômico-financeira ocasionada pela Covid-19 em 2020 ainda promete perdurar pelos próximos meses ou até mesmo anos, a depender do desenrolar na produção e eficácia das diversas vacinas que estão sendo desenvolvidas. Desse modo, o próximo governo municipal terá em mãos o desafio excepcional de lidar com a crise e suas consequências, ao mesmo tempo em que tenta voltar a certo padrão de normalidade.

Sabemos que, apesar da desaceleração dos novos casos e óbitos de Covid-19 na cidade nos últimos meses, o relaxamento cada vez maior das medidas de prevenção pode trazer uma segunda onda da doença em 2021. É então crucial que a formulação do orçamento já leve em conta essa possibilidade para que a futura administração consiga enfrentar o problema de forma rápida e eficaz.

À vista disso, foi estipulado no Ploa 2021 gasto na ordem de R\$ 6,5 bilhões na função Saúde, valor que representa aumento de 38% em relação à dotação inicial de 2020 (R\$ 4,7 bilhões) e excede a média prevista nos últimos dez anos em mais de R\$ 1 bilhão. A parcela destinada à área em relação ao gasto total também aumentou no orçamento de 2021 e foi de 17% para 21%. Em respeito à origem do gasto, foi estimado que quase 70% serão provenientes de recursos vinculados, 6% de ordinários não vinculados e 24% de outras fontes.

Tanto o incremento na despesa quanto a proeminência dos recursos vinculados demonstram co-

mo a saúde será uma parcela ainda mais fundamental da composição do gasto no novo exercício. Cabe então à nova administração gerir esses recursos da melhor maneira possível para controlar o avanço da Covid-19 e solucionar demais problemas na área, evidenciados na atual gestão.

Considerações finais

Ante o exposto, fica evidente que a crise enfrentada na saúde carioca remonta às antigas administrações e assombra ainda mais os dias atuais devido à crise sanitária ocasionada pelo alastramento do novo coronavírus.

Problemas como falta de inves-

timento, cortes de pessoal e o esvaziamento da política de atenção primária se tornaram ainda mais preocupantes no cenário recente, de forma que o governo municipal precisou contar com recursos da União para financiar os gastos necessários ao enfrentamento da crise. Ainda assim, a despesa com saúde não teve o aumento esperado para o ano da pandemia, o que fez com que o controle da doença na cidade não tenha sido tão eficaz quanto deveria.

Por outro lado, o problema da Covid-19 está longe de acabar e a nova administração que tomará o governo em 2021 terá que estruturar um planejamento e angariar recursos para lidar com uma série

de adversidades, não só na área da saúde, como em outras afetadas pelo contexto da pandemia.

1 <http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n12/1413-8123-csc-24-12-4593.pdf>

2 O mínimo constitucional é um instrumento que visa à garantia de recursos para a área da saúde. Para os municípios, o percentual estipulado para aplicação é de 15% da arrecadação de impostos selecionados.

3 Segundo dados coletados em 05/11/2020 do Ministério da Saúde.

4 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54478219>

5 <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/09/19/sus-completa-30-anos-a-importancia-durante-a-pandemia-e-os-desafios-no-futuro>

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj.
Coordenação: Bernardo Isídio, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Juliana Medeiros, Laura Muniz e Marília Santana

Podcasts do Corecon-RJ abordam temas da Economia

“Entre Celsos e Marias”, uma homenagem aos economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, foi o nome escolhido pelo Corecon-RJ para seus podcasts semanais sobre tema atuais da Economia. Cada episódio conta com um convidado, entrevistado por dois conselheiros do Corecon-RJ. Toda segunda-feira às 7h é lançado um novo episódio e o conjunto fica disponível gratuitamente no portal do Conselho (corecon-rj.org.br) e no Spotify.

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, presidente do Conselho Federal de Economia, foi o entrevistado do primeiro episódio, lançado em 2 de outubro. Os demais convidados foram Paula Nazareth, auditora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ); Fernando Gaiger Silveira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Rio de Janeiro; Marco Antonio Martins da Rocha, pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit - IE/Unicamp); Bruno Leonardo Barth Sobral, da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e coordenador da Rede Pró-Rio; Mirelli Malaguti Ferrari, do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI) da UFRJ; Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social; e Daniel Negreiros Conceição, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ.

Economistas elegem conselheiros para triênio 2021/2023

Economistas registrados no Corecon-RJ elegeram os candidatos a conselheiro e suplente da chapa Novos Desafios para o triênio de 2021/2023. Com 625 votos, os inscritos escolheram Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D’Angelo Machado e Flávia Vinhaes Santos como conselheiros efetivos e Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno e Cesar Homero Fernandes Lopes como conselheiros suplentes.

Os eleitores aprovaram por 626 votos a consulta dos nomes de Flávia Vinhaes Santos para presidente e José Antonio Lutterbach Soares para vice-presidente. Os economistas também escolheram Wellington Leonardo da Silva como delegado-eleitor efetivo e José Antonio Lutterbach Soares como delegado-eleitor suplente.

As eleições aconteceram no período de 28 a 30 de outubro exclusivamente pelo portal votaeconomista.org.br. O processo foi acompanhado por auditoria externa.